



Aniele de Paula
aneledepaula@mirante.com.br

"Estão abertas até hoje as inscrições gratuitas para o Processo Seletivo 2015 da Escola Sesc de Ensino Médio"

Bom moço

Semana passada, o secretário de Esportes de Caxias, Adelmoo Soares, fez reunião com seus funcionários. É que na sexta-feira à tarde foi realizada a abertura dos jogos escolares e Adelmoo não queria repetir o mesmo episódio do ano passado, quando o prefeito Leo Coutinho (PSB) recebeu uma saraivada de vaias durante a abertura do evento.

Os contratados deveriam se espalhar pelas arquibancadas e tentar conter os ânimos dos presentes. Triste não? Não a atitude de Adelmoo Soares, ele está defendendo seus interesses.

Triste para Leo Coutinho, que é obrigado a enfrentar eventos

públicos com o coração na mão. Afinal, vaias não matam ninguém, mas ferem o ego. E se no

Evitar situações constrangedoras como essa é tão fácil. Não basta apenas ter o salário em dia, a população quer é respeito. Não adianta ficar percorrendo repartições públicas posando de bom moço

ano passado o vaiaram sem motivos, imagine agora que se passou um ano de mandato.

Evitar situações constrangedo-

ras como essa é tão fácil. Não basta apenas ter o salário em dia, a população quer é respei-

to. E não adianta ficar percorrendo repartições públicas posando de bom moço enquanto aqui fora a cidade pega fogo.

Portaria

Está causando polémica uma suposta Portaria, que ninguém viu ainda, mas que muito se ouve falar, na qual os advogados também seriam obrigados a serem revistados dentro do ambiente forense em Caxias. A suposta Portaria promete mais.

Constrangimento

Já tem advogado batendo na mesa, afirmando que não se submeterá a esse tipo de constrangimento ao adentrar o recinto da Justiça. Ainda não se sabe o quanto há de verdade nessa história, mas já está causando muitos comentários em Caxias.

Inscrições

Estão abertas até hoje as inscrições gratuitas para o Processo Seletivo 2015 da Escola Sesc de Ensino Médio sediada no Rio de Janeiro. Para o Maranhão, serão disponibilizadas quatro vagas. As pré-inscrições são feitas on-line, no site da instituição.

Seleção

Para participar da seleção, é preciso estar cursando ou ter concluído o 9º ano do ensino fundamental e ter nascido entre 1º de janeiro de 1999 e 31 de dezembro de 2001. No período de 26 de maio a 6 de junho, o candidato efetivará a inscrição.

Calçadas de Caxias servem para tudo, menos para a circulação de pedestres

A alternativa é andar na área reservada aos veículos, porque o passeio público está ocupado por construções irregulares, entulhos, ambulantes e até carros



Banca de produtos, manequins e motos ocupam calçada, que perde a sua finalidade conforme o Código de Postura do Município

CAXIAS - Quem acha que andar pelas ruas de Caxias é apenas uma das dificuldades para os pedestres, é porque não sabe o que se passa em suas calçadas. Principalmente nas que ficam em frente ou próximo às áreas comerciais. Para muitos comerciantes, elas são extensões de seus estabelecimentos e eles não se acanham quando precisam expor produtos.

Quem observa a situação de muitas calçadas diz não se incomodar e acha até que elas pertencem, de fato, a esses comerciantes, que, para grande parte dos caxienses, têm o direito de usufruir delas como bem entender.

"Acho que eles têm o direito de ocupar esses locais porque estão na frente dos estabelecimentos deles. A rua não, eu acho que é demais", opinou a dona de casa Lucimar Rodrigues. A dona de casa não está certa. As calçadas pertencem à Prefeitura e há, ainda, Código de Postura do Município que rege a forma como elas devem ser utilizadas.

Expor produtos nas calçadas é proibido, mesmo que a lei não seja cumprida à risca como determina o código. Há quem não goste dessa ocupação irregular. Na Rua Rio Branco, o dono de uma imobiliária ocupou a calçada do seu estabelecimento com uma placa comercial. A rua, que já é estreita e com trânsito intenso, pôe em risco a segurança dos pedestres.

"Eu mesma já tirei várias vezes de lugar essa placa, mas eles colocam de novo. A gente vai fazer o quê? No dia que acontecer um acidente, vão tomar uma providência", alfineteou a atendente Ana Lira.

Próximo a Praça Dom Luís Marelím, também conhecida como Praça da Chapada, os comerciantes fazem "a festa". Até manequins, aqueles que servem para expor roupas, são colocados nas calçadas, sem que os proprietários desses estabelecimentos sejam incomodados pelo poder público.

Fiscalização - Em Caxias, as calçadas, que deveriam ser reservadas para o ir e vir dos pedestres, perdem a principal finalidade a cada dia. Em várias situações, o cidadão vê-se obrigado a transitar pela área reservada aos veículos, por conta do espaço ocupado por construções irregulares, entulhos, vendedores ambulantes e até veículos que utilizam as calçadas como estacionamento.

A fiscalização, que deveria ser desenvolvida pela Secretaria Municipal de Urbanismo, não acontece. Conforme o Código de Postura do Município, caberia ao fiscal determinar a irregularidade e notificar o proprietário.

Depois da notificação, o responsável tem um prazo para regularizar a situação do passeio (calçada). Conservação e preservação são de responsabilidade do proprietário do imóvel, mas a ocupação é proibida.

Camelôs terão de deixar área da Praça da Matriz

A ocupação indevida não acontece apenas nas calçadas dos estabelecimentos comerciais de Caxias. As calçadas das praças também são tomadas pelos mais variados tipos de atividades. Pelo menos para coibir o que acontece em uma delas, a Cândido Mendes, também conhecida como Praça da Matriz, os ambulantes terão de desocupar o local, que todos os dias é invadida por dezenas deles, com os mais variados artigos.

A determinação para que os vendedores deixem a praça tem prazo para ser cumprida. Na próxima sexta-feira, todos devem sair. A medida gerou polémica e muitos ainda não sabem o que acontecerá, caso não cumpram a determinação.

De acordo com o vendedor Antônio da Cabeluda, o fiscal que esteve no local informou que se eles não se retirarem da praça espontaneamente, serão retirados por força policial. "Para sermos tirados, seria preciso que tivesse já um local certo para todos", disse.

A Praça da Matriz abriga hoje cerca de 20 ambulantes, que comercializam desde produtos importados até alimentos. Alguns ambulantes denunciam a forma discriminatória como estaria agindo a Prefeitura de Caxias, já que tentam tirar à força os vendedores.

"O fiscal que passou aqui não falou com todo mundo, chamou

apenas alguns colegas e disse que eles teriam de sair", frisou a vendedora Roseana Soares, que tenta entender porque nas outras praças não está ocorrendo o mesmo.

José Soares já comercializa seus produtos na Praça da Matriz há 12 anos e agora está desesperado sem saber o que fazer. "Quem vai pagar nossas contas? Eu ainda posso me virar e meus colegas que não tem de onde tirar o sustento? A Prefeitura tem de se preocupar com coisas mais importantes, como os problemas de infraestrutura da cidade, a saúde que vai mal, a educação que só piora. Mexer com quem está trabalhando não é justo", argumentou. O impasse entre a Prefeitura e os ambulantes vem se arrastando há mais de uma década. O projeto que prometia transformar o antigo Centro Administrativo, onde funcionava todas as secretarias, hoje em ruínas, numa área de comércio popular, nunca saiu do papel.

O atual prefeito, Leonardo Coutinho, chegou a ventilar a possibilidade de transferir todos os ambulantes para o antigo Cassino Caxiense, na Rua Aarão Reis. O prédio veio a baixo no ano passado e o impasse continua. Enquanto isso, os ambulantes vão se multiplicando e hoje todas as praças e calçadas de bairros públicos no centro a cidade abrigam o comércio informal.

DE UM LADO,
COMPLEXO
AQUÁTICO
DE 790M².



DO OUTRO,
TODA A
IMENSIDÃO
DO MAR.



ÎLE. DO TAMANHO
DAS SUAS
CONQUISTAS.

PISCINA
COM BORDA
INFINITA

RAIA
DE 50M

BAR MOLHADO

EM FRENTE
AO MAR

Incorporação e Construção:



CYRELA
BRAZIL REALTY

98 3268 2487

www.cyrela.com.br/ma

Aged inicia vacinação contra a febre aftosa no município de Rosário

Atuação de médicos veterinários e técnicos aconteceu nas áreas quilombolas São Miguel, Flexeira e Corapau; a primeira etapa de vacinação acontecerá até o dia 31

Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged/MA), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Sagrma), por meio da Unidade Veterinária de Rosário, iniciou quinta-feira a vacinação assistida contra a febre aftosa em áreas quilombolas. Os médicos veterinários e técnicos da Aged assistiram à vacinação de 45 animais no Quilombo São Miguel e realizaram a vacinação oficial de 15 bovinos no Quilombo Flexeira e de mais sete bovinos no Quilombo Corapau, todos no município de Rosário. A primeira etapa da campanha de vacinação contra a febre aftosa está acontecendo em todo o estado, no período de 1º a 31 deste mês.

O diretor-geral da Aged, Fernando Lima, informou que serão distribuídas para as áreas quilombolas e indígenas cerca de 20 mil doses da vacina, que foram doadas pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Maranhão (Fundeppec), além de outras adquiridas com recursos da própria agência agropecuária.

"Essas vacinas são doadas para termos a garantia do índice de vacinação nessas áreas especiais, para assim, não arriscarmos todo o processo de cobertura vacinal no estado, principalmente agora, que estamos às vésperas de receber o reconhecimento interacional como zona livre de febre aftosa", explicou Fernando Lima, referindo-se à 82ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), que



Em área quilombola, animal recebe dose de vacina contra a febre aftosa distribuída pela Aged

acontece a partir de hoje e se estende até sexta-feira (30) e deve confirmar a ampliação da zona livre de febre aftosa no Brasil, incluindo o Maranhão.

Defesa - A vacinação contra a doença em áreas consideradas de risco sanitário também é de responsabilidade dos proprietários dos animais, mas é assistida pelos fiscais de defesa animal e assistentes agropecuários da Aged, daí o termo "vacinação assistida" utilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Segundo as normas do Mapa, a "vacinação assistida" pode ocorrer com objetivo de orienta-

ção, assistência a comunidades carentes, áreas de risco sanitário ou de fiscalização e possibilita ao serviço oficial - no Maranhão representado pela Aged -, certificar a aplicação da vacina na totalidade dos animais existentes em determinada propriedade rural.

As propriedades onde ocorrerão a vacinação assistida estão localizadas nos municípios de São Luís, Imperatriz, Pedreiras, São João dos Patos, Viana, Itapecuru-Mirim, Rosário, Barra do Corda, Zé Doca, Codó, Santa Inês, Bacabal, Chapadinha e Pindamonhangaba.

De acordo com dados da Diretoria de Defesa e Inspeção Sanitária Animal da Aged, existem no estado 83.037 proprie-

Comprovação

Além de vacinar, o criador deve comprovar a vacinação em um dos escritórios da Aged, apresentando a nota fiscal da compra da vacina. O criador que não vacinar seus animais não poderá solicitar a Guia de Trânsito de Animal (GTA), documento emitido e exigido pela Aged para que possa circular com seus animais fora da propriedade.

dades rurais com a criação de bovinos e bubalinos, das quais cerca de 50% são cadastradas como de pequenos criadores.

CIB recebe novos membros e discute regulação de pacientes

Quatro integrantes irão compor a câmara técnica como representantes da SES e dois do Cosens

Os novos membros da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) foram empossados sexta-feira (23), pelo subsecretário de Estado da Saúde, José Márcio Soares Leite. Quatro deles irão compor a câmara técnica como representantes da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e dois representarão o Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosens).

Foram empossados como titulares a secretária executiva do Conselho Estadual de Saúde (CES/MA), Isabel Macedo, e os secretários municipais de Saúde de Primeira Cruz, Aristete Marques de Almeida, e de Santa Luzia do Paruá, Rosilene Cabral de Sousa, e a técnica da SES Dayana Dourlene de Fátima Paiva e Luana Cordeiro Costa Tavares.

Pacientes - Além da posse dos novos membros, a CIB discutiu a regulação de pacientes oncológicos entre Maranhão e Piauí. O gestor de Regulação da SES, Egídio Ribeiro, falou das mudanças técnicas pactuadas e implantadas para melhorar o encaminhamento de pacientes de 39 municípios maranhenses para tratamento em Teresina.

"Nós realizamos pequenas mudanças que vão facilitar o entendimento entre o estado, os municípios dispostos em quatro regiões de saúde prioritárias para envio, e os órgãos de saúde pública em Teresina", disse o gestor, explicando que o tempo de resposta a uma consulta do paciente oncológico, via regulação virtual, ficou ainda mais rápido. Outra pauta abordada foi o reconhecimento feito pelo Ministério da Saúde (MS) ao Maranhão como estado que mais avançou na utilização



Solenidade de posse dos membros da Comissão Intergestores Bipartite, que aconteceu sexta-feira

“

Agora, nós estamos direcionando a atenção para o fortalecimento com os municípios e regionais para ampliar os envios de dados"

Cristina Loyola,
secretária adjunta estadual
de Atenção Primária

do chamado E-SUS - estratégia do Departamento de Atenção Básica do MS para reestruturar as informações em nível nacional.

Reconhecimento - De acordo com a secretária adjunta estadual de Atenção Primária, Cristina Loyola, este reconhecimento é fruto de um extenso trabalho de conscientização e esclarecimento dos gestores, secretários de saúde, coordenadores e equipes que atuam nos serviços da atenção básica nos municípios, feito pelo Grupo de Trabalho E-SUS (GTE).

"Desde que a portaria 1412/2013 instituiu a estratégia, nós começamos, através de uma sala de situação da atenção básica, a realizar trabalhos e ações que levassem esta determinação até a ponta, por meio de técnicos que conhecessem não só a aplicação virtual, mas também a prática do trabalho da atenção básica", explicou Cristina Loyola. Já foram realizadas quatro encontro pre-

paratórios de gestores, e pelo menos uma oficina de treinamento dos técnicos municipais nas 19 regiões de saúde, além de uma oficina virtual. "Agora nós estamos direcionando a atenção para o fortalecimento e monitoramento com os municípios e regionais para ampliar os envios de dados", disse.

Segundo Cristina Loyola, a intenção é aumentar o número de 117 municípios que já utilizam a plataforma de dados, e a exigência do uso do E-SUS será encerrada no dia 1º junho. "Até a data limite é preciso que todos os municípios maranhenses já estejam enviando seus dados de atenção primária por esta plataforma. Caso o município não se habilite tecnicamente ele ficará impedido de receber recursos para programar suas ações, o que será um grande prejuízo para o município, que não terá como prestar este serviço a sua população", afirmou.